

Diário da Assembléia

Nº 3003

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielso Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielso Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

so Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 14ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 21 de Março de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Arizone Araújo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Borsari Neto — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 13-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 218-72, de autoria do Deputado Muggiati Filho, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, — adita ao n.º 16, do art. 56, redação que especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado, para encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto vetado visava estabelecer que o rito de hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário seriam fixados por lei. O objetivo do Projeto era claro, modificar a Lei Orgânica do ICM quando estabelece "o rito da hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário serão fixados em instrução da Secretaria da Fazenda". Sem dúvida, nenhuma disposição inconstitucional que se acha no bojo da Lei Orgânica, visto que se trata de hasta pública e o rito processual deve ser estabelecido por lei. Logo o órgão competente para legislar no caso é a Assembleia Legislativa. Quanto à iniciativa, ao direito de iniciativa em que se funda o veto para dizer que a negativa da sanção ao Plano de Lei decorre de sua inconstitucionalidade face ao preceito contido no parágrafo 1.º, letra "a", do artigo 25 da Constituição Estadual: "A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais estaduais. § 1.º Ressalvado o disposto nos artigos 22, item XIV, 94, item IV, e 97, item III, compete exclusivamente ao Governador a iniciativa das leis que: a) disponham sobre matéria financeira".

Parece bem claro que não se trata da matéria financeira a que faz referência a Constituição. Trata-se tão somente o Projeto de corrigir uma inconstitucionalidade existente na Lei. Esse foi o sentido do Projeto, foi o espírito que levou esta Casa a aprová-lo e nos entendimentos havidos com o Sr. Secretário da Fazenda ficou bem claro que a matéria seria discutida e abordada no entendimento entre esta Casa e aquela Secretaria. No entanto esta matéria, que segundo depreendemos dos entendimentos havidos com a Assessoria da Secretaria da Fazenda, estabelece, encara como inconstitucional o Projeto que tramita por esta Casa modificando a Lei do ICM.

Fica o registro nos Anais desta Casa que reputamos um equívoco o veto do Poder Executivo. Pois não há inconstitucionalidade alegada por S. Exa. o ilustre Governador do Estado, de vez que não se trata de matéria financeira, mas tão só, única e exclusivamente, de disciplinar uma hasta pública, de mercadoria apreendida pela fiscalização do Estado, cujas normas devem ser traçadas dentro desta Casa e não, por mais ilustre que seja o titular, no Gabinete da Secretaria da Fazenda.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Os srs. Deputados que aprovam o Projeto permanecem como estão.

Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

2 Srs. Deputados aprovam.

18 srs. Deputados rejeitam.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito que seja procedida a chamada nominal dos srs. Deputados para constatação de quorum. Uma vez que vários srs. Deputados se encontram nos respectivos gabinetes.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada.

(É procedida a chamada nominal dos srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal 22 srs. Deputados. Não há quorum para votação, ficando transferida para a próxima segunda-feira, dia 25.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 22 sexta-feira, às 9,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — das Proposições n.ºs 43-74 e 44-74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 15ª Sessão Ordinária
Realizada em 21 de Março de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados: João Mansur — Hélio Manfrinato — Antonio Belinati — Antonio Costa — Borsari Neto — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva. (14).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

TELEGRAMAS:

Do Senhor Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, nos seguintes termos:

Muito sensibilizado vg agradeço vossencia et por seu intermédio — Egrégia Assembléia vg aprovação requerimento deputado Erondy Silvério referente escolha meu nome Ministério Educação Cultura pt Como sempre vg continuarei disposição nobres deputados a serviço nosso pt Cordiais cumprimentos. — Ao conhecimento do Senhor Deputado Interessado.

Do Senhor Ruy Alves Pereira, Inspetor de Saneamento do 17.º Distrito Sanitário de Londrina, no seguinte teor:

Confiamos na boa vontade de Vossa Excelência junto aos poderes legais conseguir melhorias para a classe vg já enviamos expediente a todos os auxiliares solicitando apoio total a Vossa Excelência pt Saudações — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor João Krack Neto, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Paraná, nos seguintes termos:

Temos subida honra acusar recebimento gentileza ilustre paranaense assistir solenidades instalação trabalhos quarta sessão legislativa da sétima legislatura vg dia primeiro março pt Devido motivos vg absolutamente supervenientes nossa vontade vg não poderemos comparecer essa solenidade pt pedimos aceitar nossos cumprimentos et manifestações votivas excelentes trabalhos parlamentares que apresentamos douta Assembléia paranaense pt Respeitosos cumprimentos. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor José Ribas, Prefeito Municipal da cidade da Lapa, nos seguintes termos:

Na qualidade de prefeito Municipal da Lapa Hipoteca solidariedade Secretário Trabalho e Assistência Social ato designando médico "Hélio Manochio para Fundação Assistência Trabalhador Rural" desta cidade vg tal medida veio dar melhor atendimento população rural município pt Cordialmente. — Ao conhecimento da Casa.

Da Câmara Municipal da cidade da Lapa, nos seguintes termos: Comunico em nome da maioria absoluta Câmara Municipal da Lapa vg que no ato administrativo senhor Secretário Trabalho Assistência Social indicando o médico Hélio Manochio vg para a Fundação Assistência Trabalhador Rural nesta cidade vg tem a nossa total aprovação vg pois veio sanar situação funcional da qual órgão vg há muito esperado população lapaense pt cordialmente dr. Nelson Acioly Calderari. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Iris Caldart, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 192 e 196-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, regimentalmente, a transcrição na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de reportagem publicada na edição de hoje do jornal "Folha de Londrina", sob o título "Antonina: A Fome Atracou no Porto Sem Navios", onde com grande propriedade é retratado o drama difícil que vem sendo enfrentado pela população de Antonina.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à direção da "Folha de Londrina".

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Zacharias Emiliano Seleme, por ocasião de sua posse como titular da Secretaria do Interior e Justiça.

Os altos propósitos manifestados por aquele eminente homem público, em sua oratória, merecem ficar registrados nos trabalhos desta Casa.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de congratulações pela posse do Senhor Doutor Karlos Heinz Rischbieter, na Presidência da Caixa Econômica Federal.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Arizone Araújo.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário,

Seja enviado expediente ao presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo a instalação imediata das agências do mesmo órgão, já criados em nosso Estado, em Francisco Beltrão, Pato Branco e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Aryzone Araújo.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja enviado telegrama ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Emílio Gomes, nos termos abaixo:

"Assembléia Legislativa Paraná manifesta satisfação escolha nome advogado londrinense vg Secretário Geral Arena Municipal Londrina vg Rubens Valduga vg para ocupar a Pasta do Trabalho Assistência Social pt".

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Olavo Ferreira.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com as normas regimentais, requer de V. Exa. que após ouvido o Plenário seja encaminhado o telegrama nos termos abaixo ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho e Assistência Social, Bacharel Rubens Valduga.

"Assembléia Legislativa Paraná congratulando-se Vossencia posse Secretaria Trabalho Assistência Social vg manifesta satisfação presença jovem brilhante jurista vg atuante líder político Londrina frente importante pasta nossa administração pt".

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Olavo Ferreira.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer de V. Exa. que após ouvido o Plenário seja encaminhado telegrama nos termos abaixo, ao Dr. Maurício Schulmann.

"Assembléia Legislativa Paraná congratulando-se posse eminente homem público presidência Banco Nacional Habitação manifesta jubilo povo paranaense elevado cargo administração Federal confiado representante nosso Estado pt".

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Olavo Ferreira.

Requerimento

Senhor Presidente:

Entre a programação elaborada pela Prefeitura Municipal, para comemorar dia 29 de março a fundação de Curitiba, está a inauguração de uma praça nominada Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, em justo pleito de homenagem a este paranaense excepcional e brasileiro exemplar que nos deixou como legado maior lições de sabedoria, honradez e dedicação irrestrita à causa pública e à Pátria.

A oportunidade comemorativa seria excepcional se, cumulativamente à inauguração do logradouro público, pelo Município, desse o Estado cumprimento à Lei de nossa autoria, que nominou de Governador Bento Munhoz da Rocha Neto ao conjunto arquitetônico que compõe este Centro Cívico, idealizado e parcialmente erigido pelo ilustre paranaense.

Assim, ouvida a Casa, o Deputado que adiante assina requer, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando que marque para o próximo dia 29, aniversário de Curitiba, a inauguração de placa alusiva, a ser afixada em local destacado e ao ar livre, onde posteriormente seria erigido busto, nominando este conjunto arquitetônico de Centro Cívico Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Far-se-ia, assim expressiva homenagem de amor fraterno e admiração ao grande paranaense, hoje vulto histórico, ao mesmo tempo que se amplia as celebrações de aniversário da Capital.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

Ponta Grossa e Castro são Municípios que privilegiados pela natureza, dispõem de fontes de águas minerais das mais ricas em propriedades terapêuticas.

Isto significa também que em decorrência deste fato essas regiões apresentam um grande potencial de interesse turístico para o Estado. Entretanto, elas não oferecem as mínimas condições indispensáveis para atender a turistas que para lá frequentemente convergem.

São locais que não vêm tendo atendimento e estímulo do poder público necessários para se obter um real aproveitamento como centros de atração turística.

Solicitamos então de V. Exa., que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor Presidente da Paranatur, Doutor Gilberto de Abreu Pires, encarecendo de S.E. medidas urgentes que possam dinamizar o turismo nos Municípios de Ponta Grossa e Castro, mediante melhores condições nas estâncias hidrominerais.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — David Federmann.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário voto de congratulações pela posse do Senhor Doutor Maurício Schulmann, na Presidência do Banco Nacional de Habitação.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1974.

(a) — Aryzone Araújo.

Requerimento

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de reconhecimento e gratidão do povo paranaense ao grande líder evangélico mundial, Missionário Manoel de Mello, pela realização em nosso Estado, de uma série de pregações e conferências nas praças e vias públicas das cidades de Centenário do Sul, Cianorte, Iporã, Umuarama, Céu Azul, Guarapuava, Ponta Grossa, Paranaguá e Curitiba no período de 11 a 17 do corrente mês, com a presença de grande público e autoridades.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o Missionário Manoel de Mello juntamente com a Caravana da Fé, integrada ainda pelos Pastores Rev. Jair Dittrich, Presidente da Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, Rev. Lauro Dittrich, Rev. José Benedito e pelo Vereador Ezequias Losso, de Curitiba.

Somos testemunhas de quantos benefícios foram produzidos pelas poderosas mensagens espirituais e oração da fé em favor do povo. Centenas de pessoas abandonaram o vício de fumar, lançando fora publicamente suas carteiras de cigarros, outros abandonaram vícios e condutas anti-cristãs que não se coadunam com a vida ensinada por Cristo.

Desta forma, são grandes e incalculáveis os benefícios trazidos ao nosso povo, pois em cada concentração, milhares e milhares de pessoas se acotovelavam para não perder nenhum dos valiosos ensinamentos bíblicos.

O Missionário Manoel de Mello, como Presidente da Igreja Evangélica O Brasil para Cristo em nossa pátria, já pregou a convite, em 104 países e constrói pela fé, o maior e mais belo templo Evangélico do mundo na cidade de São Paulo, com capacidade para 15.000 pessoas assentadas.

Requeiro outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado e ao Rev. Jayr Dittrich, Presidente da obra no Paraná.

Sala das Sessões, 21 de março de 1974.

(a) — Igo Losso

Projeto de Lei n.º 21-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1974.

(a) — Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente título, dispensaria por si só, qualquer justificativa, tendo em vista a expressividade que o nome representa.

No entanto, valendo-nos das disposições regimentais, queremos assinalar que dentre tantos serviços prestados ao Brasil, como insigne mestre do direito, Magistrado, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal do Trabalho, está o seu irrestrito apoio ao equacionamento de uma magestosa obra em favor do perfeito e justo relacionamento trabalhista do povo paranaense, ao enviar ao Ministro da Justiça de então, proposta aprovada por aquele órgão, visando a instalação do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado, velha aspiração daqueles que querem o desenvolvimento sempre crescente na nação brasileira.

Este movimento que teve o pioneirismo de outro nome de grande vulto nos meios culturais de nosso Estado, na pessoa do também eminente mestre do direito, Professor Milton Vianna, da tradicional Faculdade de Direito de Curitiba, chega agora, a sua decisiva com a dependência tão somente do envio da mensagem pelo Executivo ao Legislativo, para que então a medida seja definitivamente concretizada.

Podemos dizer sem sombra de dúvidas agora, que a antiga semente lançada, há tantos anos pelo digno mestre e vibrante advogado Milton Vianna num rasgo de fé e esperança no desenvolvimento, começa a se configurar como uma inequívoca realidade.

Queremos destacar nesta justificativa a perfeita união das classes trabalhistas e do empresariado em geral, dos meios jurídicos, que unidos aos poderes públicos, desde o nosso atuante Governador Emílio Gomes, Secretários de Estado, representantes paranaenses no Senado, Câmara e Assembléia Legislativa, vislumbra com alegria e satisfação, a consecução daquele ideal, como resultado dos constantes esforços desenvolvidos.

Todo este volume de atividade e apelos, encontraram sempre o eco perfeito na sensibilidade do nosso homenageado, que vigorosamente abraçou a grande causa.

Desta forma, justa por todos os títulos é a homenagem que visamos prestar, aquele que sempre foi um grande baluarte da Justiça do Trabalho, no Brasil e no mundo, e que voltou os seus olhos e atenção a realidade paranaense.

Eis as razões pelas quais esperamos seja esta honraria, unanimemente aprovada pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Desejamos, inicialmente, agradecer à Presidência desta Casa, que nos deu a incumbência de, amanhã, representá-la na posse do novo Presidente do Banco Nacional de Habitação, Dr. Maurício Schulmann.

Queremos também, nesta oportunidade, apresentar, em nome desta Casa, um telegrama enviado ao Dr. Maurício Schulmann — porque nós iremos representar pessoalmente a Presidência — eis que gostaríamos que toda a Casa participasse dessa manifestação pela posse de um ilustre paranaense a um cargo de tão grande e tão alta revelância.

Queremos também, nesta oportunidade, sr. Presidente, nos congratular com a posse, hoje, do jovem advogado londrinense e Presidente e Secretário Geral da ARENA de Londrina, Dr. Rubem Waldeerga, na Secretaria do Trabalho e Assistência Social; bastante jovem mais capaz, tem demonstrado nas lides políticas londrinenses e na Direção de um cargo importante da nossa agremiação arenista, um promissor político e que muita contribuição poderá dar, principalmente nessa Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Muito bem escolhido pelo Governador Emílio Gomes, fará jus a este convite feito pelo nosso Governador.

Queremos então também, nesta oportunidade, nos congratular com o nosso companheiro Dr. Rubem Waldeerga, pelo cargo que nesta oportunidade ele está ocupando.

Estes são os dois telegramas, sr. Presidente, que apresentamos à Presidência desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, o nobre Deputado Igo Losso.

Como não se encontra presente o Sr. Deputado Igo Losso, passo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Quem reivindica, quem formula apelos precisa também reconhecer quando o apelo é bem recebido e saber agradecer. É por isso que, hoje, louvamos a atitude do Sr. Governador Emilio Gomes que formulou convite ao Presidente da Cesp, Centrais Elétricas de S. Paulo, para dia 27, em Londrina discutir com os Prefeitos, com as autoridades e proprietários de terras na Região a ser alagada para construção da Represa do Salto Capivara. É preciso saber agradecer e nós o fazemos neste instante. Mas, esperamos também que o Sr. Lucas Nogueira Garcez, ex-Governador de São Paulo e atual Presidente das Centrais Elétricas de São Paulo venha e traga solução e não apenas medidas protelatórias que nada resolvem. Soubemos ser sua intenção ao vir ao Paraná nesta reunião protelar a solução ganhar tempo para que o futuro ocupante do Executivo paulista se incumbisse de resolver a situação. O que se pleiteia neste instante é a indenização pelo valor real das terras e o pagamento imediato para que não haja ociosidade desta enorme força produtiva. Como afirmamos aqui na semana passada, é uma das regiões mais ricas do nosso País que produz em índice elevado, uma das regiões com maior índice de máquinas e implementos agrícolas adquiridos com financiamento do Banco do Brasil. A situação que poderá criar problemas inevitáveis, originando inclusive drama de ordem social e por essa razão há necessidade da sensibilidade daqueles responsáveis pela resolução do problema. Não é justo que o cidadão que a custa de enormes sacrifícios construa determinado patrimônio seja castigado agora com prejuízos inevitáveis. Portanto, queremos frisar bem, esperamos que o Sr. Lucas Nogueira Garcez traga soluções, medidas definitivas que tranquilizem vinte mil paranaenses, agricultores, trabalhadores rurais e que não venha com medidas protelatórias que nada resolvem e apenas farão com que a apreensão e a preocupação se prolongue por mais algum tempo. Sr. Presidente e srs. Deputados, outro assunto, motivo da nossa presença na Tribuna é para encarecer, repetir, é o aumento do funcionalismo público do nosso Estado. Fatos foram os argumentos que justificam uma Mensagem Governamental de pronto, de imediato, concedendo um reajuste salarial aos funcionários do nosso Estado. Já dissemos também que Estados e Municípios seguiram de imediato o exemplo do Governo Federal e concederam um reajuste salarial nas mesmas proporções. O Estado da Guanabara que concedeu 20%. São Paulo que havia concedido 15 (quinze) por cento em janeiro, e agora, uma nova Mensagem acrescentando mais 20%. Os Municípios de S. Paulo da mesma forma. E o Município de nosso Estado, Londrina, também agiu da mesma maneira. E o Estado do Paraná, seria uma exceção? Tem-se dito que isso se constitui o prato predileto da Oposição, mas deixaremos de saboreá-lo com satisfação a partir do momento em que o Governo do Estado adotar uma política de justiça para com o nosso funcionalismo.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito.

Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muita satisfação aqui estamos na tarde de hoje para, rapidamente, comentarmos e apresentarmos um Projeto de Lei que representa neste quase doze anos de exercício parlamentar, o primeiro Título de Cidadão Benemérito do Paraná. E nós o fazemos, atendendo a inúmeros apelos dos meios culturais, jurídicos, empresariais e trabalhistas de nosso Estado. Atendendo também por certo o apelo de muitos daqueles que investidos nas suas funções públicas, têm visto e notado naquele que pretendemos homenagear, um firme propósito de servir à coletividade e às suas causas. E assim é que passo à leitura deste Projeto, com a sua respectiva justificativa.

Posteriormente anexaremos o "currículo vitae" do homenageado.

Além desse trabalho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos encaminhar, dentro de alguns minutos, Requerimento no qual solicitamos um voto de reconhecimento e gratidão a um dos maiores pregadores evangélicos da atualidade, na pessoa do Missionário Manoel de Melo, homem dotado de uma grande capacidade em defender os ensinamentos de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Durante a semana finda, realizou um roteiro em nosso Estado, visitando as cidades de Centenário do Sul, Cianorte, Umuarama, Iporã, Céu Azul, Guarapuava, Ponta Grossa, Paranaguá e Curitiba; nessa oportunidade acompanhamos aquele pregador e grande orador sacro, e tivemos a oportunidade de presenciar concentrações de 2, 3, 5 e até 10.000 pessoas, o que ocorreu na cidade de Umuarama. Assistimos também o firme propósito de muitos daqueles que, tendo ouvido a sua valorosa mensagem, dispuseram-se a adotar na vida aqueles princípios ensinados por Cristo — de perfeita vivência, respeito a Deus acima de todas as coisas, e amor ao próximo; assim, assistimos a disposição de muitos, a abandonarem vícios, de embriaguez e fumo, jogando por terra suas carteiras de cigarros, no firme propósito de seguirem a voz do pregador. Isto foi feito por dezenas, centenas de pessoas.

Desta forma, este trabalho realizado esta semana em nosso Estado pelo Missionário Manoel de Melo, que construiu o maior templo do mundo e pregou em 104 países do nosso globo, evidentemente fará com que esses benefícios sejam por nós reconhecidos.

Esperamos que a Casa aprove esta Moção, que nada mais representa do que um voto de aplauso a quem, deixando as suas atividades, vem ao nosso Estado para dar uma colaboração no sentido do aperfeiçoamento coletivo, de um modo geral. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A mudança ocorrida na mais alta investidura da Nação, o Presidente, seus Ministérios e demais escalões administrativos, tem ensejado as mais variadas manifestações de regozijo nesta Casa, por iniciativa da pujante e brilhante Bancada da Aliança Renovadora Nacional, sem que, por qualquer forma, a Bancada do MDB procurasse diminuir o brilho dessas manifestações.

Faz-se necessário, principalmente em razão de ser esta Casa o único órgão do Poder que é constituído através do voto popular, que se registre a opinião da Oposição face ao novo Governo da República entendida a ação oposicionista no mesmo plano elevado em que deve ser exercida a ação política. Pretendo focalizar hoje o que o MDB tem de direito de esperar do Governo da União em termos de Democracia e de Educação. Não só por ser este o mais importante setor para o desenvolvimento político, social e cultural do povo, como também por contar a Nação com um paranaense à frente do seu Ministério. Nada realmente se liga tanto à democracia quanto a educação.

Os homens que detêm o Poder e que pregam contra a democracia liberal apregoam que o liberalismo seria uma forma lírica de Governo, como se a

República passada, sob a égide da Carta de 46 se regesse e se caracterizasse pelo excessivo liberalismo, o que é uma inverdade.

A Carta de 46 estabelecia um regime representativo e abjurgava este antigo liberalismo que já em 1919, com estas palavras, que vou repetir, o era repelida pelo grande jurista Ruy Barbosa:

"A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluído rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo, restringidas agora por uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já se não vê nas sociedades um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana".

A Carta de 46, no seu Capítulo da Ordem Econômica e Social, como justificativa deste preâmbulo, consagra a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano, assegurando a todos o trabalho que possibilitasse a existência digna e considerava o trabalho como obrigação social. A antiga Carta, que na opinião mais judiciosa da cultura brasileira, embora pudesse trazer em seu bojo alguns defeitos, estabelecia, entretanto, um regime democrático atento aos problemas sociais do País, tanto assim é que ela prescrevia: O uso da propriedade será condicionado ao bem estar social, a lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso ao Poder econômico; a lei disporá sobre o regime dos bancos de depósitos, das empresas de seguro de capitalização em fins análogos; a lei, criará estabelecimento de crédito especializado e amparo à lavoura e pecuária; a lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviço público federal, estadual e municipal; disciplinou o aproveitamento das máquinas e demais riquezas do subsolo, o aproveitamento dos recursos minerais e a energia hidráulica; a autorização ou concessão conferida exclusivamente a brasileiros, ou às sociedades organizadas no País, assegurando ao proprietário do solo a preferência para exploração. E entre outros princípios adotados pela carta, o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local, férias anuais remuneradas. Higiene e segurança do trabalho. Proibição de trabalho a menores de 14 anos. Direito à gestante a descanso antes e depois do parto. Fixação das percentagens a empregados brasileiros nos serviços públicos. Estabilidade na empresa ou exploração rural, reconhecimento da convenção coletiva de trabalho. Assistência sanitária, inclusive hospitalar. Previdência mediante contribuição da União, dos empregados e empregadores em favor da maternidade, direito à greve, participação nos lucros. De modo que nós não viemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma democracia lírica no sentido da sua liberalidade. Viemos de uma democracia social, e onde nos encontramos? Que espécie de democracia nós encontramos presentemente no Brasil, se é que se possa chamar de atual regime democrático? Não nos parece encontrar dentro da classificação que se possa fazer com um fundamento jurídico, onde colocar como democrático, o atual regime? Que de representativo tem com as distorções existentes, casas análogas a esta, as Câmaras de Vereadores e Prefeitos Municipais. Quando me reporte a casas análogas a esta claramente entende-se Câmara de Deputados e Senado da República. Estamos num ano eleitoral em que sem quaisquer consultas ao País, as lideranças dos Estados sem levar em conta o território extenso como o nosso, onde está sendo modificada a legislação eleitoral com um objetivo que se não é claro pelo menos intencionalmente, visa obter um favorecimento ou pensa obter um favorecimento para a facção que o pleiteia, na esfera federal, o partido situacionista. Mas nós não acreditamos, e desejamos registrar, neste momento, que, mesmo que se tripliquem os números de candidatos, o MDB venha a ser sufocado nas próximas eleições porque se antropofagia houver, haverá dentro do próprio Partido da situação, onde comprimirão 150 candidatos que irão disputar sob os mesmos ideais da bandeira partidária.

No Estado do Paraná o MDB certamente não lançará 150 candidatos, mas, talvez, um pouco mais da metade disso; entretanto, a oposição que deve crescer, que continuará crescendo neste País para que possa realmente existir uma verdadeira democracia, não sentirá tanto os prejuízos dessa modificação, quanto o próprio Partido situacionista. É uma previsão que fazemos e que esperamos conferi-la, após o pleito. (Um parêntesis, desviando-nos um pouco do assunto, apenas para deixar este registro fora do nosso pensamento inicial, e que queríamos concluir:)

De modo que não se justifica, principalmente neste momento em que o País deve entrar numa nova fase, que se combata o passado dizendo que não interessa no presente uma democracia liberal, visto que nós não tínhamos essa democracia liberal, que ninguém quer, nem mesmo no início do século ela era pretendida para o nosso País. Como comuniquei aos Senhores, reeditando as palavras de um grande brasileiro — RUI — nós também não pretendemos a democracia do lirismo, da individualidade, do preconceito, das distinções de classes. Nós realmente nos orientamos para uma democracia que represente, que possa fazer com que o nosso País tenha uma forma de Governo que realmente represente o povo, que não se veja a Nação como propriedade individual de grupos, porque, se analisarmos a Nação como Estado politicamente organizado, podemos traçar um exemplo simples embora talvez não muito brilhante, mas, de que assim como uma empresa de natureza privada escolhe os seus Diretores, assim como uma sociedade anônima escolhe e pede as contas de sua Diretoria, uma Nação organizada só existirá realmente como Nação, se constituída de um povo que tenha aspirações. E eu pergunto a esta Casa: — Qual, no momento, a grande aspiração do povo brasileiro? Se nós tivermos um povo educado, que tenha condições de se educar, que receba a educação que deve receber por parte dos nossos governantes através de seu Governo, no qual governados interpelem os governantes, que, nada mais são do que instrumentos dos governados; e no entanto, quão longe nos encontramos dos Governos da República atual! Onde u'a manifestação do povo ao seu Governo? Onde um diálogo de Governo com o seu povo?

Alega-se que o povo brasileiro não tem, suficientemente, educação para escolher os seus governantes. Esta é uma afirmação que nós ouvimos, inclusive através de programas educacionais e oficiais, nos programas de ordem moral e cívica. Tive oportunidade de ouvir alguns, Sr. Presidente, de ouvir certos absurdos dirigidos nessa fase do País, ao povo mais humilde e de menos condições de entendimento, dizendo que a escolha do Governador do Estado pela Assembléia Legislativa é uma forma democrática de eleição do Chefe do Poder Executivo Estadual. Não vou me ater neste ponto que seria longo para não repisar assunto que nós temos alongado desta Tribuna, porque não se pode chamar de escolha democrática a escolha que temos feito nesta Casa do Chefe do Poder Executivo, sem que isso também implique qualquer deslustre as figuras eminentes que têm ocupado o Governo do nosso Estado. Mas há uma grande responsabilidade do Ministro paranaense que nos acostumamos a ouvir fazer pregações democráticas no início deste novo Governo da

República. Não quero dizer com minhas palavras, mas digo com as de Lourenço Filho, um emérito educador, o que se entende por Educação: "As consequências dessa compreensão no pensamento e práticas pedagógicas são muito profundas. A realização social em que os interesses dos indivíduos se interpenetram e em que o progresso geral seja visto como uma obra de readaptação contínua — observa Dewey — torna-a comunhão democrática mais interessada que a de outros tipos na educação intencional e sistemática. O desenvolvimento das democracias pela educação é de fácil observação. A explicação superficial é que o governo fundado no sufrágio popular não poderá ser eficiente se os que devam elegê-lo e prestar-lhe obediência não forem convenientemente educados. Uma vez que a sociedade democrática repete o pressuposto da autoridade externa, deve dar-lhe como substituto um sentimento de participação e interesse, que só a educação pode criar. Mas há uma explicação mais profunda. Uma democracia é mais do que uma forma de governo. É antes de tudo um sistema de vida em associação, de experiência conjunta, que mutuamente se comunique".

A Carta que contém a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu Artigo 26, diz, simplesmente: "Toda pessoa tem direito à Educação. A educação deve ser gratuita ao menos no grau elementar. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado e o acesso ao estudo superior a todos facilitado em função das suas capacidades."

Nós temos conhecimento de que em muitos países se estabelece a obrigatoriedade do ensino até 15 e 16 anos, a começar dos sete anos de idade. Em nosso País, nos dias atuais, embora se apregoe um grande enriquecimento em divisas e se construam obras, cujo mérito não quero envolver nesta discussão, obras citadas como das mais grandiosas em todo mundo, como a Ponte Rio-Niterói, como a Estrada que se construiu ao lado ou quase às margens do Rio Amazonas, e para citar apenas um exemplo do seu custo, se não incorro em algum engano, a Ponte Rio-Niterói deve andar pela casa dos 250 milhões de dólares, equivalente a um trilhão de cruzeiros antigos. Neste País, dizia em que se constroem obras de tamanha envergadura, encontram-se no interior, estabelecimentos de ensino e casas educacionais fechadas, não só no interior, mas inclusive na Capital do Estado, algumas funcionando em péssimas condições, chovendo dentro delas, mal envidraçadas. Muitas não funcionando por falta de professores. E o que é pior, mais da metade do povo brasileiro não tem condições, mesmo que o ensino lhes seja gratuito de dar aos seus filhos a representação necessária a que eles compareçam à escola. Porque toda esta população que percebe salário mínimo, não pode vestir, não pode calçar, nem comprar cadernos para que seus filhos compareçam aos estabelecimentos escolares. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como conseguiríamos nós, segundo aquilo que hoje se estende como condição essencial que se estabeleça um regime democrático no País. Porque eu confesso, estou plenamente de acordo que o povo tem que ter um nível de instrução necessária para participar dos destinos do País, de instrução, de entendimento e de cultura para que ele possa realmente discutir não seu interesse individual acima do interesse da coletividade que se coaduna com o seu interesse individual. E esse argumento que se usa hoje para destruir a democracia no Brasil; é um argumento com o qual até este ponto nós temos que concordar, com uma ressalva: a de que se ressalvem também aqueles que se acham já devidamente instruídos neste País, de fazerem a escolha, de participarem das atividades administrativas do País, porque a democracia no Brasil tem tido participação do povo, somente nos comícios, e alguma vez em plebiscito; mesmo nos Municípios acostumou-se o próprio povo, também, a deixar tudo na mão de seus representantes, sejam os Vereadores, Deputados ou Prefeitos, Governadores ou Presidente da República. Há consequentemente, neste País, necessidade de se estabelecer, para o setor educacional, um trabalho prioritário e patriótico, mais patriótico do que construir a ponte Rio-Niterói ou a estrada às margens do grande Rio Amazonas, porque, somente assim nós tiraremos da miséria em que se encontra, a maior parte de nossos irmãos, esquecidos que se acham eles de um Governo que se preocupa, na República, em fazer administração tão somente àqueles que possuem aparelhos televisores e com menos intensidade, para aqueles que possuem rádios receptores; esquecido, porque não tem surgido ele do seio do povo, de que a miséria se alastra neste País e de que o analfabetismo ainda é o problema mais grave desta Nação. Parece, mas nós não acreditamos nisso, que se tem medo até de que o povo brasileiro se instrua e seja um povo culto, que fale alto como a voz da sua própria Nação, como a Pátria que vibra nas manifestações populares.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Muggiati Filho, apenas para uma ilustração a esse brilhante trabalho e até comovente trabalho de V. Exa., porque eu entendo também que brasilidade, ser brasileiro, ser patriota, ser filho desta terra de Deus e termos em nós o grande orgulho, a grande satisfação, a grande realização de sermos brasileiros, é termos esta condição, esta qualidade, esta capacidade de sermos um povo instruído que, desgrazadamente, não somos, infelizmente somos um povo ainda com uma percentagem estereotípica de analfabetos. E, para uma pequena contribuição ao trabalho de V. Exa., quero dizer que hoje quando nós vemos nas rádios, nas televisões, nas propagandas dos 10 anos de Revolução, hoje, nos 10 anos de Revolução nós temos, num município como o de Cascavel, 4.500 crianças sem escola — 4.500 crianças sem escola — e na devida proporção da população do Município de Cascavel isto e eu conheço de perto todo o Oeste do Paraná nas devidas proporções é lógico com exceção de alguns municípios que pela origem das suas colonizações têm uma situação de educação um pouco melhor então aí está nobre Deputado uma pequena e modesta contribuição ao trabalho de V. Exa. que nos enche de orgulho em sabermos que é V. Exa. nosso companheiro de Bancada.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a V. Exa. a contribuição que não é modesta é valiosa porque V. Exa. ilustrou esse trabalho.

O Sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queremos aqui ilustre Deputado colaborar com V. Exa. quando V. Exa. fala que existe eleição para Prefeito. Quero deixar aqui uma lembrança: em alguns Municípios do Brasil porque nobre Deputado há Municípios em que o Governo acha que não deve haver eleição e não há para Prefeito e quando o MDB ganha a eleição para Prefeito é extinto o mandato deste Prefeito e quero aqui, em nome da Bancada do MDB, por este respeitável pronunciamento de V. Exa., queremos deixar aqui o nosso total aval e quero lembrar, ilustre Presidente de nosso Partido, para que, nas épocas de eleições onde teremos direito de usar emissoras de televisão, que V. Exa. faça pronunciamentos como este para esclarecer nossos eleitores, que irão se pronunciar nas urnas de novembro para elegerem Deputados federais e estaduais. Obrigado por esse pronunciamento.

O SR. MUGGIATI FILHO — O honroso aparte de V. Exa., por certo é cheio de esperança e também de bondade, mas assim como afirmou V. Exa.,

Deputado Domício Scaramella, meu nobre Líder, de que não existem eleições nas Capitais para Prefeitos Municipais e que se constituem numa observação oportuna de V. Exa. Realmente isso nada mais é do que uma das muitas exceções que existem na vida institucional do País, pois a nossa própria Constituição é uma Constituição que, acima dela, por mais absurdo que seja, existe um Ato Institucional.

Concluindo, devo respeitar o tempo destinado ao nobre colega, nesta Tribuna, eminente Líder do Governo, que se acha inscrito para falar na Sessão de hoje e a cujo tempo não quero prejudicar, o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

Concluindo, entendo pois que o MDB, no momento em que vê no Ministério da Educação um paranaense que embora não pertencendo ao nosso Partido, é um homem saído do seio do povo, que já desempenhou inúmeros mandatos eletivos, cargos eletivos e que portanto, compreende não só as aspirações e as necessidades máximas do seu povo. Eu peço, usando as palavras do Deputado Domício Scaramella, dizer que Deus o ilumine, para que ele veja que no seu Ministério se localizam os maiores problemas para os engrandecimentos reais da nossa Pátria. E não só para que o Brasil seja grande pela ostentação de obras suntuosas, mas acima de tudo grande, pela representatividade e pela cultura do seu povo.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu indagaria a V. Exa. quantos minutos ainda restam para o término do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Vinte minutos.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cumpra-me o indeclinável dever de trazer ao conhecimento da Casa informações solicitadas desta Órbita na Sessão de ontem pelo Exmo. Sr. Deputado representante de Londrina, Alvaro Dias, da aguerida Bancada do MDB, e que diz respeito à atuação da SANEPAR naquele Município. No entanto, não poderia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar de me referir à extraordinária capacidade, à ilustrada capacidade e eloquência com que se houve desta Tribuna o nobre Deputado Muggiati Filho. Encanta ouvi-lo, respeitoso como é, ao referir-se aos homens que procuram nesta Casa enaltecer o Governo do Paraná, justificar o Governo da Revolução, o faz sempre de maneira cordial a ponto de nos permitir, que ao deixar esta Tribuna nós o tenhamos sempre engrandecido no nosso íntimo. E o lirismo do seu pronunciamento, não fora o dramático apelo na sua conclusão, por certo mereceria tão somente aplausos pela oportunidade das palavras bem ditas daqui. Todavia, não desconheço S. Exa. o esforço dispendido pela Revolução de março, no tocante ao aprimoramento do setor educacional em todos os níveis deste País. Temos, hoje, uma máquina no setor educacional melhor aparelhada, do que tínhamos antes de 1964. Os números estão a atestar que a curva do analfabetismo está já descendente desde que o Governo da República, o Governo Revolucionário preocupou-se com a educação dos adultos analfabetos. Não se pode negar ao Governo Revolucionário créditos enormes no trabalho desenvolvido neste setor, procurando o aparelhamento mesmo do nosso ensino fundamental, propiciando que os brasileiros em idade escolar tenham acesso às nossas escolas. Concordo em parte com o Sr. Deputado Iris Caldart quando fala da deficiência das salas de aula, da deficiência numérica de professores. Nós no Interior não encontramos sequer leigos para lotá-los nas escolas isoladas nos confins dos municípios interioranos. Conheço o problema tanto quanto ele, muito embora eu seja um pouco mais otimista do que Sua Excelência. Temos deficiências, que estamos procurando corrigi-las. No Governo do Paraná gasta-se mais do que 27% do total da arrecadação do Estado, só com o pagamento do professorado. Os Municípios todos da Região que nós representamos nesta Casa desviam até 40% em educação. Temos, e eu repito, gasta-se, no Governo do Estado do Paraná, mais de 27% da nossa arrecadação, só com as despesas de custeio, não se falando na aplicação de dinheiro em investimentos de capital, salário-educação estadual, da nossa 4.a parte do salário-educação federal. É um esforço que o Governo faz, e, se não acompanha a explosão demográfica que ainda vivem em algumas regiões do nosso Estado, há de se compreender o esforço, até o sacrifício que se está fazendo para que se dotem os nossos Municípios, do essencial, se não do necessário para a solução definitiva desse problema que não é de após 1964, mas, que vem se arrastando neste País há muitas décadas e que com mais vigor, com mais coragem e eu quero crer com maior dose de patriotismo, tem sido enfrentado nos últimos 10 anos.

Era uma referência que me cabia fazer, porquanto não estaria em paz comigo mesmo, se não a fizesse, respeitando a capacidade extraordinária de expressão, de comunicação do extraordinário e valoroso companheiro, Muggiati Filho.

O Sr. Deputado Alvaro Dias, na Sessão de ontem, indagou, da Liderança do Governo, sobre a atuação da SANEPAR no Município de Londrina, e eu faço questão de passar às mãos de Sua Excelência, e o faço desta Tribuna, das informações que a Diretoria, que a Presidência da SANEPAR me enviou, dos dados que, quero crer, satisfaçam V. Exa. Não antes de dizer que o sistema tarifário vigente em Londrina em 1973, era representado por uma fórmula, garantindo-se o preço mínimo para um consumo de até 10 m³ mensais. Para o consumo superior a 100 m³ a tarifa era constante, ou seja de 88 centavos por m³, desde o primeiro metro cúbico consumido, enquanto a tarifa mínima era de 44 centavos por m³ o limite de 10 m³. Esta tarifa deveria ter sido reajustada em 1.º de janeiro de 1974, conforme havia já decidido o SAS de Londrina. A SANEPAR ao emitir a conta de fevereiro, de Londrina manteve consumo mínimo de 10 m³. Na SANEPAR, bom que se diga, o mínimo nos demais municípios era de 15 m³ e continua sendo exceção de Londrina, porquanto houve o assentimento da SANEPAR na reivindicação das autoridades daquele Município e reajustou de 44 centavos para 52 centavos, o que representa um acréscimo de 18%. Para as demais faixas de consumo foram adotados os limites do sistema tarifário da SANEPAR nos demais municípios paranaenses e Curitiba também. Na tabela que eu vou passar às mãos do Sr. Deputado Alvaro Dias, nós damos a comparação entre a tarifa do SAS de 73 reajustada para 74 em 18% e a tarifa adotada hoje pela SANEPAR. Se o Serviço de Água de Londrina estivesse entregue hoje para a SAS, o Serviço de Água de Londrina com os reajustamentos já convencionados pela SAS na ordem de 18%, nós teríamos registrado estes valores para consumo de 10 m³, valor da tarifa do SAS:

(Lê a tabela):

AVULSO — 4.00

21.3.74

Consumo m3	Valor da Conta SAS 1974	Sanepar 1974	Variação
10	5,20	5,20	0%
15	8,97	9,10	+1,4%
30	20,28	22,40	+10,4%
50	39,00	43,20	+10,7%
70	61,83	64,00	+3,4%
100	104,00	95,20	-9,2%
200	208,00	199,20	-4,4%
1.000	1.040,00	1.031,20	-0,8%
5.000	5.200,00	5.191,20	-0,1%

A Tabela a seguir dá a comparação entre a Tarifa de Londrina Sas — 1973 e a Tarifa de Londrina — Sanepar 1974, que forçosamente deveria apresentar um reajustamento.

Consumo m3	Valor da Conta SAS 1973	Sanepar 1974	Variação
10	4,40	5,20	+18%
15	7,69	9,10	+25%
30	17,16	22,40	+30%
50	33,00	43,20	+30%
70	52,36	64,00	+22%
100	88,00	95,20	+8%
200	176,00	199,20	+13%
1.000	880,00	1.031,20	+17%
5.000	4.400,00	5.191,20	+18%

As variações percentuais diferentes devem-se ao fato de que a Tarifa de Londrina — Sas — 1973 tinha variação entre 10 e 100 m3 segundo uma curva dada pela fórmula $t = 0,44 (1 + C)$

100

e a da Sanepar tem variações lineares entre 10 e 30 e entre 30 e 100 m3. (ver gráfico).

Valor da tarifa do Sas, 5,20, mensais. Tabela da Sanepar, mantido o mesmo valor, de 5,20.

Para o consumo de 15 metros cúbicos, a tarifa do SAS, reajustada para 74, 8,97; variação para 9,10, ou seja, 14 centavos de acréscimo, numa tarifa mensal, com aumento de 1,4%.

Para o consumo de 30 metros cúbicos na tabela do SAS, 20,28; tabela da SANEPAR, 22,40, aumento de 10,4%. Mas que em valor, representa 2 cruzeiros de acréscimo por mês, ou melhor, 2 cruzeiros e 12 centavos.

Para o consumo de 50 metros cúbicos, atingindo já a caixa do consumidor da classe média, para a classe "A", tabela do SAS reajustada para 74, 39 cruzeiros; a Tabela da SANEPAR, 43,20, aumento em cruzeiros, 4,20, por mês; representando um aumento de 10,7%. Há um caso em que a curva da SANEPAR representaria para o consumidor, de até 100 metros cúbicos, na tabela do SAS, reajustada para 74, 104 cruzeiros.

Da SANEPAR, 95,00, para menos, portanto, 9,2% para menos, nos valores se compararmos a Tabela SAS, reajustada para 74 com a Tabela-Sanepar em vigor.

Eu poderia também dizer a V. Exa., nobre Deputado, que a tabela que tenho, o valor da conta SAS 73 para SANEPAR 74, não considerando o reajuste já convencionado pela SAS de 18%, dá a comparação entre a tarifa de Londrina, SAS 73 e a Tarifa de Londrina — Sanepar 74, que forçosamente deveria apresentar um reajustamento mesmo que ele não tivesse sido convencionado. Então nesta tabela, que havierei de passar às mãos de V. Exa., nós haveremos de verificar que V. Exa. desta Tribuna ontem inteligentemente, jogou com os números. V. Exa. se muniu de uma conta consumo, tomando por base um consumo de trinta metros cúbicos mensais para aperfeiçoá-la aqui já com um consumo de 70 metros cúbicos mensais. Observe-se de que para uma tabela de trinta metros cúbicos, a tarifa tem um valor por metro cúbico. Para o consumo a 70 metros cúbicos, a tarifa é acrescida; e as variações percentuais diferentes portanto, devem ao fato de que a tarifa de Londrina 73 tinha a variação entre 10 e 100 metros cúbicos. Segundo uma curva dada pela fórmula tarifa inicial de 44 centavos, e a Sanepar tem uma variação linear entre 10 e 30 metros cúbicos sem uma curva ascendente, e entre 30 e 100 mts. cúbicos, conforme o gráfico que tenho em mãos e que passarei às mãos de V. Exa.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, quero agradecer a disposição e a boa vontade de V. Exa. em prestar informações solicitadas a respeito do problema da Sanepar-Londrina. Quero dizer também que a tabela nos convence plenamente, ela é justa e não tem excessos. Mas o que ocorre na prática, é algo completamente diferente. Se o que se cobra hoje, fosse a imagem disso que V. Exa. relata através da tabela apresentada, não teríamos comparecido à Tribuna apresentando apelo ao Governo do Estado. É a razão talvez desta distorção da tabela elaborada pela Sanepar e pelo que se verifica na prática em Londrina talvez seja a argumentação que expusemos ontem da Tribuna, relatando o fato de estar a Sanepar efetuando desligamentos. É a razão também do aumento dos litros cúbicos a que se referiu V. Exa., de 30 para 70. Porque o consumidor não está gastando mais hoje, do que gastava ontem por mês, em matéria de água. Então o que está ocorrendo talvez seja isto, a SANEPAR está efetuando desligamentos.

Em determinados momentos do dia, tinha água em determinadas regiões de Londrina, em função desse desligamento, e, quando efetuava novamente a ligação da água fornecendo-as aos bairros, havia a pressão com o retorno da água, fazendo isto com que o relógio girasse mais e marcasse portanto mais metros cúbicos de água. Esta é a razão da reclamação de Londrina, talvez seja esta a razão e é por isto que ontem apelamos para a SANEPAR, através do Governo do Estado, solicitando a correção desta distorção. Não afirmamos que o aumento se verifique em função de ter elevado as tarifas, a tabela de preço de água, em Londrina, mas, alegamos existir algum problema fazendo com que o londrinense pague muito mais pela água que consome.

O SR. IVO THOMAZONI — Distribuição das contas por dias de leitura consideradas na 1.ª edição feita pela SANEPAR, encontramos o seguinte gráfico:

Houve uma leitura em dias de leitura, para 4.200 consumidores, ficando esta leitura com 20 dias de consumo, portanto, representando 17% dos consumidores; uma leitura com 25 dias de consumo, atingiu 2.123 consumidores; 30 dias de consumo, atingindo 3.869 consumidores, o que representa 15,3% dos

consumidores, e daí é interessante observar, nenhum consumidor dessa faixa de leitura a 20, 25, 30 dias, queixou-se da tarifa da SANEPAR, porquanto não houve um consumo para mais. Mas verifique V. Exa., nobre Deputado, que, no número de contas da 1.ª edição da SANEPAR, atingiram 15% dos consumidores — 35 dias de consumo, como atingiram, em 30 dias, 2.898 consumidores, representando 11, ou mais, por cento, dos consumidores; e daí para 40, 45, até 47 dias de consumo.

Então, aquilo que de início pareceu um aumento exorbitante de tarifa, não o foi, houve um aumento de consumo em dias, de uma leitura que atingiu até 47 dias de consumo; então, nesta faixa, houve realmente a queixa por parte dos consumidores que não foram, talvez pelo Departamento ou pelo Serviço de Relações Públicas da SANEPAR, devidamente cientificados, os consumidores.

Agora nobre Deputado Alvaro Dias, ontem, quando mantive com o Presidente da SANEPAR, Dr. Brandalize um contacto, pretendendo informar-me do que está a SANEPAR fazendo em favor do abastecimento de água em Londrina, dizia Sua Excelência que, das gestões processadas junto àquela Companhia não só pelas autoridades municipais de Londrina — e até fez questão de frisar, pela questão desenvolvida pelo Deputado Olavo Ferreira — a SANEPAR está investindo, em Londrina, a soma considerável de 17 milhões e 500 mil cruzeiros novos em serviço que haverá de dotar Londrina de um serviço mais perfeito, serviço de abastecimento de água nos próximos 20 anos e entrego a V. Exa. os dados sobre os novos reservatórios, os baixos e os elevados, a capacidade deles, os investimentos e até os financiamentos que a SANEPAR conseguiu para que Londrina tenha, ou passe a ter a curta prazo, estes serviços, já todos eles licitados para início de obras nos próximos dias.

Discutiremos, em outra oportunidade, detalhes que V. Exa. desejar esclarecer melhor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 216-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Santo Antônio do Caiuá e Santa Izabel do Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 220-73, de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que denomina Grupo Escolar Odete Borges Botelho, o atual Grupo Escolar de Pitangueiras, Município de Rolândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 219-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itaipua do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 225-73, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto Nacional do Livro, Orgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-69, de autoria do Deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo criar a partir de 1970, um Colégio Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215-69, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria em Entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.S. e C.I.P. — Em discussão.

PROJETO DE LEI N.º 215-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada em entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

Art. 2.º — A Fundação terá regulamento próprio, aprovado por Decreto do Governador, e gozará de autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) — pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem expressamente destinados;
- b) — pelos saldos dos exercícios financeiros; e
- c) — pelos auxílios de doações e legados recebidos de entidade Federal, Estadual e particulares.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

- a) — auxílios constantes do Orçamento do Estado, sob forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos;
- b) — auxílio e contribuição constantes do Orçamento da União e dos Orçamentos dos Municípios;
- c) — taxas e emolumentos escolares;
- d) — rendas patrimoniais;
- e) — rendimentos de serviços prestados; e,

f) — auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares, de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 5.º — A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

- a) — Conselho de Curadores;
- b) — Congregação;
- c) — Diretoria;
- d) — Conselho Departamental; e,
- e) — Departamentos.

§ 1.º — O Conselho de Curadores, composto de seis (6) membros, nomeados pelo Governador, terá a função de aprovar o Orçamento Anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no regulamento.

§ 2.º — A Congregação será constituída pelos Professores Catedráticos, Professores de Ensino Superior, Professores Interinos, Regentes de Cátedras vagas, representantes dos demais Docentes e do Corpo Discente.

§ 3.º — O Diretor será nomeado pelo Governador para cargo em Comissão, com o mandato de dois (2) anos, dentre professores em exercício, eleito em lista triplíce pela Congregação, podendo ser reconduzido duas (2) vezes.

§ 4.º — O Conselho Departamental será composto pelos chefes de departamento e de representantes do corpo discente; e,

§ 5.º — Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento Interno da Fundação.

Art. 6.º — Os Membros do Conselho de Curadores terão mandato de seis (6) anos renovável um terço (1/3) de dois (2) em dois (2) anos.

§ 1.º — O Conselho será nomeado pelo Governador, dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação, sendo dois (2) membros por dois (2) anos, dois (2) por quatro (4) anos e dois (2) por seis (6) anos; e,

§ 2.º — As vagas serão preenchidas por nomeação do Governador, por membros indicados em lista triplíce pelos membros restantes do Conselho de Curadores.

Art. 7.º — Fica fixado em trinta e dois (32) o número de matérias que constituirão os currículos mínimos dos cursos de: Licenciatura em Ciências; Geografia; História; Letras e Licenciatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

§ 1.º — As matérias mencionadas neste artigo terão as seguintes denominações:

a) — Licenciatura em Ciências:

- 1 — Matemática
- 2 — Física
- 3 — Química
- 4 — Ciências Biológicas
- 5 — Elementos de Geologia
- 6 — Desenho

b) — Geografia:

- 1 — Geografia Física
- 2 — Geografia Biológica
- 3 — Geografia Humana
- 4 — Geografia Regional
- 5 — Geografia do Brasil
- 6 — Cartografia
- 7 — Sociologia
- 8 — Antropologia Cultural

c) — História:

- 1 — História Antiga
- 2 — História Medieval
- 3 — História Moderna
- 4 — História Contemporânea
- 5 — História da América
- 6 — História do Brasil
- 7 — Sociologia
- 8 — História da Filosofia

d) — Letras:

- 1 — Língua Portuguesa
- 2 — Literatura Brasileira
- 3 — Literatura Portuguesa
- 4 — Língua Latina
- 5 — Linguística
- 6 — Língua Inglesa e Norte-Americana
- 7 — Teoria da Literatura

e) — Licenciatura:

- 1 — Psicologia, Adolescência e Aprendizagem
- 2 — Elementos da Administração Escolar
- 3 — Didática e Prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado.

§ 2.º — A seriação de matéria será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar do Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à homologação dos Conselhos Estadual e Federal de Educação.

Art. 8.º — Para regularizar o funcionamento da Faculdade de Filosofia, fica criado o Quadro Próprio da Fundação, composto de:

- 1 (um) Diretor
- 32 (trinta e dois) Professor Catedrático
- 32 (trinta e dois) Professor de Ensino Superior
- 32 (trinta e dois) Professor Instrutor
- 15 (quinze) Professor Assistente
- 1 (um) Secretário
- 1 (um) Oficial Administrativo
- 1 (um) Arquivista
- 1 (um) Contador
- 1 (um) Bibliotecário
- 1 (um) Datilógrafo
- 2 (dois) Laboratorista
- 2 (dois) Escriurário
- 1 (um) Inspetor de Alunos
- 1 (um) Almojarife
- 2 (dois) Servente

§ 1.º — A escolha do Secretário deverá recair em pessoas estranhas ao Quadro do Estabelecimento, e deverá ser portadora de título universitário; e,

§ 2.º — Os níveis de vencimentos dos cargos criados pelo presente artigo

serão correspondentes às classes únicas ou iniciais das séries de classes do Quadro Único do Poder Executivo e, os professores terão nível de vencimentos do ensino superior.

Art. 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de NCr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros novos), destinado a cobrir despesas com a instalação da Faculdade criada nesta Lei.

Art. 10.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de outubro de 1969.

(a) Fuad Nacli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 215-69

Autor: Deputado FUAD NACLI

1. — Com o presente projeto de lei pretende o nobre Deputado Fuad Nacli criar, sob a forma de Fundação, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, dispondo sobre sua organização e funcionamento.

2. — Entendemos que as iniciativas que visem a melhorar as condições do ensino em nosso Estado devem merecer o apoio desta Casa. O objetivo do presente plano de lei não é outro senão dotar toda a região polarizada pelo Município de Cascavel de um estabelecimento de ensino superior capaz de atender às necessidades de sua população.

3. — Nestas condições opinamos pela aprovação do projeto ora em exame. É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1972.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinatura ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 215-69

PARECER

Autor: Deputado FUAD NACLI

A matéria, examinada sob o aspecto da constitucionalidade e legalidade, na douda Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro, âmbito a que se circunscreve a competência desta Comissão, basta considerar que em termos doutrinários, o Estado, ao instituir Fundação, não contrai a obrigação de arcar com os onus do seu financiamento.

Assim sendo, a iniciativa é financeiramente aceitável.

Opino pela aprovação.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 1972.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 215-69

I — O presente plano tem por objetivo criar em Entidade de Fundação Estadual a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

II — Do ponto de vista desta Comissão, o projeto em tela está em condições de ser aprovado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 19....

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Rosário Pitelli — Relator.

(Assinatura ilegível)

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) Sr. Presidente, quero voltar favoravelmente, mas não estou entendendo aqui que diz "cria em Entidade de Fundação Estadual". Perguntaria como está no Projeto originário.

O SR. PRESIDENTE — Em resposta à questão de ordem, esta Presidência esclarece que o Projeto de Lei diz, especificamente, que cria em Entidade de Fundação Estadual a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 264-69, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que cria uma Circunscrição de Trânsito no Município de Bandeirantes, com Jurisdição nos Municípios de Abatiá, Sta. Amélia, Itambaracá, Andirá, Ribeirão do Pinhal e Sta. Mariana. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Rejeitado.

Projeto de Lei n.º 364-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no município de Bandeirantes, com jurisdição nos municípios de Abatiá, Santa Amélia, Itambaracá, Andirá, Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1969.

(a) — FUAD NACLI

JUSTIFICAÇÃO:

A medida consubstanciada neste plano de lei, decorre da necessidade de ser racionalizado o serviço de trânsito na região indicada, o qual é hoje feito com inúmeras dificuldades para os seus habitantes, causando-lhes transtornos e prejuízos de ordem financeira, pelo fato de terem, forçosamente, de se dirigir à cidades distantes das respectivas sedes, a fim de cumprirem com as suas obrigações.

Essas as razões que nos levaram à apresentação deste projeto de lei, para o qual esperamos contar com o apoio e a aprovação da Casa.

PARECER

Da Comissão de Constituição e Justiça

Ao Projeto de Lei n.º 264-69

Autor: Deputado Fuad Nacli

Opinamos no sentido que, seja o presente projeto de Lei, convertido em Diligências, à Secretaria de Segurança Pública com a finalidade de ser ouvido o DETRAN, à respeito da possibilidade e viabilidade no tocante à administração daquele órgão.

É o parecer salvo melhor entendimento.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

WILSON BRANDÃO — Presidente

EMILIO CARAZZAI — Relator

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRANSITO
ASSESSORIA JURIDICA

PARECER

PROTOCOLO: N.º 86859-DETRAN.

Assunto: PROJETO DE LEI N. 264-69

Interessado: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Senhor Diretor:

Por proposição da Augusta Assembléia Legislativa do Estado, pretende-se a criação de uma Circunscrição de Trânsito no Município de Bandeirantes, com a jurisdição nos municípios de Abatiá, Santa Amélia, Itambaracá, Andirá, Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana, via do Projeto de Lei n.º 264-69.

Sem entrar no mérito, não pode prosperar o projeto.

Porque existe em andamento no DETRAN, e em fase bem adiantada, um estudo, através de seu setor especializado, visando dar nova estrutura organizacional as CIRETRANS, tendo em vista uma série de circunstâncias que afetam suas atividades e no qual se procura solução mais racional e consentânea com as necessidades do momento presente, além de que, inevitavelmente, sobrevirão, de futuro.

Assim, para que se não mais improvise, procurando remédios parciais, entendemos que o ante-projeto, não pode ter seguimento e, ipso-facto, não deve ser aprovado.

Sub.censura.

A.J. — 03-06-71.

ADHERBAL P. DORIGON — Assessor

De acordo: — encaminhe-se à Assembléia Legislativa, através da Secretaria de Segurança Pública.

(anexando a justificativa que foi feita)

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 264-69

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

I — O presente projeto de Lei, foi preliminarmente, convertido em diligências, com a finalidade de ser ouvida a Secretaria de Segurança Pública, através seu Departamento competente, à respeito da possibilidade e viabilidade no que tange à administração do DETRAN.

II — Em resposta, a assessoria jurídica do Departamento de Trânsito manifestou-se de forma contrária a medida pleiteada, argumentando já existir no DETRAN, em fase adiantada, um estudo de seu setor especializado, que visa dar nova estrutura organizacional as CIRETRANS.

III — Entendemos, pelo fato mesmo e tendo em vista o exposto, que o projeto deva ser rejeitado para que “se não mais improvise, procurando remédios parciais”.

Contrário. é o parecer.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 1971.

as. ilegível — Presidente

EMILIO H. CARAZZAI — Relator

mais quatro ass. ilegíveis

Comissão de Polícia

PARECER ao Projeto de Lei n.º 264-69, de autoria do eminente Deputado Fuad Nacli.

1. O plano de lei em exame visa a criação no município de Bandeirantes, de uma Circunscrição de Trânsito, a qual terá jurisdição nos municípios de Abatiá, Santa Amélia, Itambaracá, Andirá, Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana.

2. Ocorre, que, por força da Lei n.º 6.150, publicado no Diário Oficial n.º 130, de 17.09.70, referida Circunscrição de Trânsito foi criada com sede no município de Bandeirantes, e com jurisdição nos municípios apontados, à exceção dos de Ribeirão do Pinhal e Santa Mariana.

3. Como a matéria envolve questões legais, opino pela devolução do Projeto à douta Comissão de Constituição e Justiça, cujos ilustrados membros poderão se manifestar sobre esse aspecto.

4. É o parecer. s.m.j.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1972.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 264-69

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Fuad Nacli, pretende criar uma Circunscrição de Trânsito no Município de Bandeirantes.

Sobre o objeto da proposição já existe a Lei n.º 6.150 de 16 de setembro de 1970, ficando por essa razão, a mesma prejudicada.

Pelo arquivamento.

É o Parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

Sebastião Rodrigues

mais cinco as. ilegíveis

LEI N.º 6150

Data: 16 de setembro de 1970.

Súmula: Cria uma circunscrição de trânsito no município de Bandeirantes e jurisdição nos municípios que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criada uma circunscrição de trânsito no município de Bandeirantes com jurisdição nos municípios de Abatiá, Andirá, Itambaracá, Santa Amélia... vetado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Do Governo em Curitiba”, em 16 de setembro de 1970.

(aa) PAULO PIMENTEL

Julio Werner Hackradt

(Publicada no Diário Oficial do Estado n.º 136, de 17.09.1970).

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 264-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar na Cidade de Telémaco Borba, mais um Estabelecimento de Ensino do Ciclo Colegial, para funcionar no ano de 1972. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO — Rejeitado.

Projeto de Lei n.º 264-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Telémaco Borba, município do mesmo nome, mais um estabelecimento de ensino do ciclo colegial para funcionar a partir do próximo ano letivo de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor a partir da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro em 9 de novembro de 1971.

a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Revolução não se faz apenas construindo estradas e implantando indústrias. Revolução como a de 31 de março de 1964, tem por meta, por princípio e fim, acima de tudo, o homem. Ao homem devemos dar condições de viver dignamente, com estudos e com cultura. Este é o propósito deste nosso projeto.

A população estudantil de Telémaco Borba, necessita de um novo estabelecimento de ensino do ciclo colegial. Temos certeza do apoio dos nobres deputados, assim, como a temos de espírito de elevada compreensão do Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 264-71

PARECER

O nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes quer criar na cidade de Telémaco Borba, município do mesmo nome, mais um estabelecimento de ensino do ciclo colegial.

O ilustre autor da Proposição justifica tal iniciativa invocando a necessidade de dar ao homem condições de viver dignamente, com estudo e cultura.

Muito embora tal justificativa seja das mais respeitáveis, no Projeto em tela temos que relevar o seguinte:

A implantação da Reforma de Ensino, instituída pela Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971, fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus. A mesma instituída pela referida Lei, esta sendo elaborada progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação do sistema estadual de ensino mediante um planejamento prévio, com observância do Plano Estadual de Implantação, elaborado para fixar as linhas gerais da-quele, e disciplinar o que deva ter elaboração imediata.

Em face das considerações acima expendidas julgamos inoportuno o Projeto de Lei em tela que, pela sua inoportunidade não está perfeitamente delineado com a Reforma de Ensino recém implantada.

A vista do exposto, opinamos pela REJEIÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

mais quatro as. ilegíveis

Comissão de Finanças e Orçamento

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 264-71

1. — Através do presente projeto de lei pretende o nobre deputado Fabiano Braga Côrtes autorizar o Poder Executivo a criar na cidade de Telemaco Borba um estabelecimento de ensino do ciclo colegial.

2. — Quanto ao aspecto financeiro, que compete a esta Comissão apreciar nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em de maio de 1972.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

mais três as. ilegíveis

Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 264-71

Autor: Deputado Fabiano Braga Côrtes.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Telemaco Borba, Município do mesmo nome, mais um estabelecimento de ensino do ciclo colegial para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, visa autorizar o Poder Executivo a criar na cidade de Telemaco Borba, Município do mesmo nome, mais um estabelecimento de ensino do ciclo colegial para funcionar a partir de 1972.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devida oportunidade, opinaram, respectivamente, pela aprovação e rejeição do Projeto.

No âmbito desta Comissão, considerando a necessidade de ampliar a rede estadual de ensino, para que a população do Estado tenha maiores possibilidades de instrução, opino pela Aprovação da medida, na forma do Substitutivo Geral anexo, considerando que na forma que o Projeto foi apresentado, acha-se desatualizado pela decorrência do tempo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

as. ilegível

Comissão de Instrução Pública

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 264-71

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Telêmaco Borba, Município do mesmo nome, um estabelecimento de ensino de 2.º grau, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
as. ilegível — Presidente

ALVARO DIAS — Relator

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, este Projeto, ao que me parece, tem parecer contrário e favorável e quando é assim acho que é praxe da Casa colocar o projeto normalmente em votação.

O SR. PRESIDENTE — Em resposta à questão de ordem do Deputado Arthur de Souza, a Mesa esclarece que o Regimento determina que a votação será feita de modo inverso se tiver o Projeto recebido, dentre os pareceres, pelo menos um contrário, ou quando não houver parecer.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Explicarei à Casa por que levantei a questão de ordem. É que há uma corrente na Casa que entende que o Deputado não pode apresentar Projeto que autorize o Executivo a criar Estabelecimentos de Ensino. Entendo que podemos legislar sobre a matéria. Este parecer da Comissão de Constituição e Justiça é um parecer discutível, por isso levantei a questão de ordem.

V. Exa. diz que vai fazer a votação em sentido contrário. Aguardarei que ponha em votação.

O SR. PRESIDENTE — Quero informar que a votação já está concluída. Quero também dizer que embora esteja de acordo com V. Exa., porque os Deputados poderão apresentar Projetos autorizativos, embora seja discutível o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, esta Presidência terá que obedecer o Regimento Interno.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a verificação)

Está rejeitado o Projeto.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, entendo que não há número. Mas, gostaria de saber quantos Deputados votaram a favor e quantos contra.

O SR. PRESIDENTE — 8 Srs. Deputados rejeitaram o Projeto; 2 aprovaram.

Não há quorum para prosseguimento da Sessão. Fica transferida para amanhã a discussão do Projeto.

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, na sala das Comissões está se desenvolvendo um trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa. Dois srs. Deputados estão naquela sala arguindo uma das peças principais dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta a razão porque consulto V. Exa. da possibilidade de dar como presentes os Deputados Paulo Camargo e Ovídio Franzoni, membros daquela Comissão, reunida em face do estabelecimento de horário já com antecedência regimentalmente marcado.

O SR. PRESIDENTE — Defiro a solicitação do nobre líder, mesmo porque não há prejuízo aos trabalhos da Casa. Consulto o Sr. 1.º Secretário sobre o número de Deputados presentes a Sessão.

O Sr. 1.º Secretário — 21 srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Com a presença de 21 srs. Deputados, damos prosseguimento a Sessão. Encerrada a discussão do Projeto de Lei n.º 264-71. Transferida para a Sessão seguinte a votação do mesmo.

A Comissão Executiva tem o prazer de convidar os srs. Deputados para uma visita às obras do Plenário, a fim de verificar o seu andamento, amanhã às 8 00 horas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Olavo Ferreira, para explicação pessoal.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Sempre é comum ouvir com satisfação todos os srs. Deputados que ao assumirem esta tribuna trazem assuntos que dizem respeito à educação, principalmente o trazido pelo Deputado Muggiati Filho, um dos mais brilhantes parlamentares desta Legislatura.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado.

O SR. OLAVO FERREIRA — Tivemos oportunidade de presenciar e assistir, com que atenção, com que respeito, todos os srs. Deputados ouviram a peça trazida pelo nobre Deputado Muggiati Filho. Seriamente preocupado como todos nós estamos preocupados, com o assunto educacional. Nada temos a acrescentar ao seu pronunciamento, mas gostaríamos de nos permitir o nobre Deputado, fazer algumas observações. Realmente, é espantosa a evolução, o progresso em todos os setores da vida brasileira, de 10 anos para cá. Tivemos o privilégio, único talvez, nem todos o tivessem de conhecer o Brasil, todas suas Capitais e grande parte do interior de seus Estados nos idos de 60, 61 e 62. Este ano, no mês de janeiro e parte de fevereiro corremos mais de dez ou doze Estados brasileiros, Capitais e interior, ocasião em que pudemos verificar este tão propalado milagre de desenvolvimento brasileiro.

Conversamos, como sempre procuramos fazer onde iamos, com o povo para poder sentir a diferença de anos passados com aquilo que vivíamos no presente. Ouvimos testemunhos dos mais emocionantes. Um senhor nos afirmou de que trinta, quarenta, cinquenta quilômetros por dia eram necessários para que frequentasse uma escola.

Hoje, praticamente, com a estrada litorânea, com a 101, com a 116, com a Transamazônica, com a Belém-Brasília com a que vai para Rondônia e Acre, com todas estas vias há a verdadeira integração nacional — como esta estrada que liga Curitiba a Foz do Iguaçu, como a estrada do Café ao norte

do Estado, vemos a integração paranaense. Aquelas dezenas de companheiros brasileiros do norte e do nordeste do país, onde vivem 40, 50 milhões de brasileiros, afirmavam: nós, sim podemos dizer, este é o verdadeiro milagre brasileiro porque vivemos como párias, vivemos marginalizados da sociedade brasileira. Hoje, estamos perfeitamente integrados à comunidade brasileira porque estamos unidos ao sul, ao sul progressista, industrializado que compreendeu a necessidade de estender, através dos incentivos fiscais, suas mãos a este norte e nordeste para que 40, 50 milhões de brasileiros não vivessem como viviam no passado, completamente esquecidos, abandonados e marginalizados.

Portanto, nobre Deputados, houve, realmente, um grande progresso e desenvolvimento. No assunto que trataremos logo a seguir, poderemos afirmar que todo o desenvolvimento e todo o progresso apresenta distorções porque nunca, por mais eficiente que seja o poder público, não tem ele capacidade de poder acompanhar esta explosão demográfica e as necessidades prementes que exige o povo brasileiro.

Hoje, sentimos o anseio e o desejo do Governo Federal de pensar em termos nacionais, em termos de alimentação, em termos de água e esgoto, em termos de telecomunicação, em termos de estradas, em termos de saúde, em termos de abastecimento e este próximo Governo em termos de ferrovias, não de rodovias como foi feito. Também rodovias.

De 12 mil passamos a 37 mil quilômetros asfaltados e mais as que foram abertas. Mas também de ferrovias para que se torne menor o custo de nosso transporte.

Há, portanto, neste entusiasmo de desenvolvimento, muitas distorções.

Mas podemos verificar com satisfação que muita coisa foi feita em benefício da comunidade brasileira. Só esta integração nacional feita pelo Governo da Revolução, consagra este Governo, porque havia um verdadeiro separatismo nos próprios Estados e dentro do próprio País. Hoje não. Hoje o Paraná está unido de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Hoje o Brasil está unido de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Todos com o mesmo objetivo do engrandecimento desta terra.

Ainda há muitas distorções, é verdade, mas, nobres Deputados, elas serão corrigidas porque o que se fez em dez anos, não se fez em quatrocentos e tantos neste País. Esta é a realidade.

O esforço deste Governo revolucionário é uma coisa que deve merecer nosso respeito e quando V. Exa., homem de oposição, criterioso e sério, vem a esta Tribuna e faz uma crítica, é uma crítica construtiva, maravilhosa. Dá gosto, srs. Deputados, nós participarmos de um Parlamento como este onde há homens do feito de um Muggiati Filho que faz oposição mais alta e da mais séria...

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado.

O SR. OLAVO FERREIRA — ... dando a sua contribuição decisiva, onde dá demonstração de sua ansiedade, reconhecendo que muito se fez neste País, mas ainda é necessário que muito se faça.

Pode ter certeza, Nobre Deputado, com a graça de Deus, o Paraná hoje tem um dos homens públicos mais ilustres no seu Ministério de Educação, o ex-Governador e Senador Ney Braga. Temos absoluta certeza de que ele irá continuar a obra de Jarbas Passarinho, grande Ministro da Educação que estendeu, para alguns talvez, desordenadamente, cursos superiores para todo o Brasil. Mas era necessário que assim procedesse. Agora que, não em termos de quantidade, mas talvez em termos de qualidade, que haja uma preocupação séria do novo Ministro Ney Braga para poder reajustar ou ajustar as peças montadas do tão importante Ministério que é o da Educação.

Sr. Presidente, gostaríamos de ficar muito mais tempo para analisar a peça oratória do Nobre Deputado Muggiati Filho, mas só nos restou a hora de explicação pessoal. No entanto não gostaríamos de deixar de abordar o assunto que vamos tratar neste instante, porque amanhã estaremos no Rio de Janeiro representando o Presidente da Casa na posse do Sr. Maurício Schulman no alto cargo de Presidente do BNH.

Em outra oportunidade gostaria de dialogar com V. Exa., a fim de que V. Exa. na oposição e nós na situação, de mãos dadas, possamos dar a contribuição que precisa ser dada ao nosso Estado e ao nosso País neste setor tão importante da vida brasileira que é o setor da Educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Leio, na "Folha de Londrina", do dia 16: "Pecuária paranaense: um grande crescimento, grandes deformações".

"A crise do café, com a entrada de outros países no mercado mundial na década de 60, foi o fator determinante do espetacular aumento do rebanho paranaense, ocorrido de 1966 a 1972. Prevendo a queda do preço do café em função do aumento global da produção, o governo brasileiro começou a financiar a erradicação, pagando por pé de café tirado da terra, e depois financiando o plantio de cafés melhores, e de mais produtividade. A região onde antes era hegemônica propiciava a criação de gado, e todas as condições do mercado favoreciam a formação de pastos".

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o "resultado foi que a participação da região em relação ao rebanho estadual, que em 1960 era prevista em 13,5 por cento, em 1970, já alcançava a 32,1 por cento, tornando-a a área de maior concentração da bovinocultura estadual".

"As condições ecológicas favoráveis à engorda das regiões Norte e Nordeste do Estado, apresentavam-se como grande atrativo para a criação do gado local e proveniente de outros Estados que fluem a essas áreas, para em seguida serem destinados aos centros de abate situados em parte da região".

"O ingresso de novas matrizes das raças Nelore, Gir, Guzerá e outras, melhorou geneticamente o plantel paranaense, anteriormente constituído por espécies que embora tivessem rusticidade e fossem de fácil manejo em relação às condições da região, apresentavam baixo rendimento para fins de aproveitamento industrial".

"O resultado da ação conjunta desses três fatores foi o crescimento geométrico de 7,3 ao ano do rebanho bovino paranaense no período de 1966/1970, quando o efetivo nacional cresceu, no mesmo intervalo de tempo, num ritmo de apenas 2,1 por cento ao ano".

Temos uma estatística das mais impressionantes:

em 1970, temos apenas 78 milhões de cabeças de gado!

em 1920, temos apenas 78 milhões de cabeças de gado!

"No Paraná, a taxa de desfrute é de 10 por cento, levemente superior à média nacional, situada em torno de 9 por cento".

Houve essa preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando era Governador de nosso Estado, Ney Braga e ocupava a Secretaria da Agricultura Paulo Pimentel, houve uma remodelação completa no plantel bovino paranaense, com troca de reprodutores. E o que se viu foi o Paraná tornar-se um dos maiores criadores de gado bovino, não só do Brasil, mas do mundo, em qualidade, em virtude de recebermos reprodutores importados de outros países.